



NOTA DE BASE POR OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES DO DIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ÁFRICA

*“Investir no Comércio Intra-Africano em
prol da Segurança Alimentar e Nutricional”*

30 de Outubro de 2011

Trade 4 Nutrition



NOTA DE BASE POR OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES DO DIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ÁFRICA

Preâmbulo/Sumário Executivo

O principal objectivo deste documento é de fazer advocacia e sensibilizar os Líderes Africanos acerca do papel fundamental que o comércio intra-Africano pode jogar na facilitação e sustentação da Segurança Alimentar e Nutricional e consequentemente para o desenvolvimento socioeconómico do continente, à luz das próximas comemorações do Dia da Segurança Alimentar e Nutricional em África (DSANA). Ele procura enfatizar a importância das políticas, planos e programas de alimentação e nutrição, assim como os inter-relacionamentos entre o Comércio e a Segurança Alimentar e Nutricional. A nota de base procura descrever os planos com vista a celebração do Dia da Segurança Alimentar e Nutricional em África (DSANA), cujo tema para o ano corrente é **“Investir no Comércio intra-Africano para a Segurança Alimentar e Nutricional”**. Ele também servirá como fonte de informação e documento de trabalho para os gestores e impulsionadores do programa e os comités locais de organização nos Ministérios da Agricultura, da Saúde, Comércio e Indústria, Educação, Género, Bem-estar e Previdência Social, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Económico e Finanças, assim como os Gabinetes dos Governos Locais, outras instituições Governamentais, Organizações do Sector Privado, Parceiros de Desenvolvimento e OSCs empenhados nas comemorações do Dia da Segurança Alimentar e Nutricional em África (DSANA). Ele providencia ideais concretas e acções estratégicas que servem de base para as comemorações do DSANA nos Estados Membros.

A nota de base sublinha a importância da busca de soluções Africanas e lideradas pelo próprio continente Africano em torno da questão da segurança alimentar e nutricional. Ademais, ele destaca o importante papel desempenhado pelas mulheres na agricultura, segurança alimentar e nutricional no continente.

Antecedentes



A fome e a desnutrição são manifestações crónicas e generalizadas. África acolhe actualmente cerca de 240 milhões de pessoas desnutridas (isto é, que consomem menos do que 2,100 quilo-calorias por dia). A desnutrição é a principal causa da morte e da incapacidade. Em cada seis segundos, uma criança morre de fome ou devido a causas associadas. Mais de 50 milhões de crianças Africanas sofrem de desnutrição crónica e 40% das mulheres são malnutridas. 60% de crianças de idade inferior a cinco anos e 50% dos casos de mortalidade materna são atribuídas a desnutrição. Por outro lado, uma larga proporção da população Africana não tem acesso a uma dieta adequada em termos de vitaminas e minerais essenciais indispensáveis para uma óptima saúde e produtividade.

A fome e a desnutrição são causas e efeito da pobreza. As crianças esfomeadas não podem crescer e aprender e os adultos famintos não conseguem produzir e constituem um freio ao crescimento económico. Estima-se que a fome resulta em perdas do PIB entre 6-10% devido a fraca produtividade do trabalho. As causas da fome e da desnutrição são múltiplas, complexas e inter-relacionadas, pelo que a sua solução requer abordagens multi-dimensionais e multisectoriais.

O Banco Mundial estima que as crianças desnutridas correm o risco de perder 10% do seu potencial de ganhar a vida; por outro lado, isso acarreta custos na ordem dos 3% do PIB aos países pobres.

Como tal, a desnutrição engendra perdas significativas quer em termos de potencial humano e económico. Para este efeito, o melhoramento do estatuto nutricional é uma área prioritária que carece de uma atenção política urgente para a aceleração do progresso e do desenvolvimento socioeconómico em África.

A fome manifesta-se de diferentes formas; ela pode ser crónica, aguda ou escamoteada. Fome crónica é uma privação a longo prazo que inclui o consumo aquém do mínimo indispensável, particularmente durante o período crítico no início da vida – que vai desde o nascimento até aos 2 anos de idade (ou seja os primeiros 1000 dias de vida). A fome aguda manifesta-se durante o período de choques que afectam o aprovisionamento/distribuição de bens alimentícios. A fome escamoteada refere-se as situações em que a população consome dietas de qualidade inadequada, o que resulta em deficiências de micronutrientes.

As deficiências em vitaminas e minerais (VMDs) constituem o principal problema nutricional em África. A falta de iodo, de vitamina A, do ferro, zinco e do ácido fólico são as 5 principais VMDs que preocupam a saúde pública em África. As VMDs causam defeitos ao nascimento, mortalidade materna e da criança, cegueira, anemia e uma acrescida vulnerabilidade a infecções. As VMDs reduzem igualmente o QI, o que resulta em fraco desempenho escolar/académico e reduzida produtividade do trabalho.

Em última análise, os danos devidos a subnutrição põem em risco o progresso das comunidades e das nações Africanas, visto que reduzem a sua produtividade e crescimento económicos. O custo da não resolução da problemática associada a



fome e desnutrição pode ser substancial. Por exemplo, existem evidências de que as perdas de produtividade associadas a anemia resultante da elevada deficiência em ferro num período de um ano na região foram avaliadas entre 2,7% a 4,2% do PIB.

Há evidência forte e irrefutável em torno das graves consequências e dos altos custos que as deficiências nutricionais representam a curto prazo sobre a sobrevivência, crescimento e desenvolvimento e a longo prazo sobre o desenvolvimento social e económico interno; mas mesmo assim, a importância da nutrição parece não ter sido ainda devidamente apreendida. Apesar da retórica em torno da Segurança Alimentar e Nutricional, o empenhamento e a acção em volta desta questão têm sido limitados. Como resultado, ela continua a merecer baixa prioridade nas agendas de desenvolvimento nacional de muitos países e não é devidamente financiada. Isso está reflectido no muito limitado progresso feito para a concretização dos ODM1 em África. Todavia, é largamente sabido que os benefícios do investimento na segurança alimentar e nutricional são altamente significativos.

A Segurança Alimentar e Nutricional é a base da sobrevivência, saúde, bem como do desenvolvimento e crescimento económico das nações e a sua implementação pressupõe uma abordagem multisectorial. Alcançar a segurança alimentar e nutricional é um pré-requisito para a concretização de todos os ODMs. Assim, investir na alimentação e nutrição faz sentido político, económico e social. África gasta anualmente cerca de 30 bilhões de dólares americanos com a importação de produtos agrícolas, dos quais o grosso são géneros alimentícios. Esta despesa representa uma parcela do comércio total anual de alimentos que actualmente é estimado em aproximadamente 50 bilhões de dólares americanos; esse nível poderá ultrapassar os 100 bilhões de dólares americanos até 2020. Se uma pequena fracção das despesas com as importações e da logística em torno da ajuda alimentar fosse reinvestida na produção interna em África, o comércio interno emergente poderia apoiar uma economia rural dinâmica que poderia tirar milhões de pessoas da pobreza. Assim, o comércio intra-Africano poderia ser uma verdadeira força impulsionadora para libertar a energia para o desenvolvimento da agricultura e impulsionar os esforços em prol da segurança alimentar e nutricional.

O melhoramento da nutrição exige canais múltiplos que incluem as contribuições do sector público e do sector privado para proporcionar um misto de alimentos estratégicos, cuidados de saúde, água potável e saneamento, educação e outros 'impulsionadores' para uma boa nutrição.

A Resposta de África

Em resposta a inaceitável situação da fome e desnutrição, os Chefes de Estado e de Governo da União Africana adoptaram a Declaração do Maputo em 2003 que visa reduzir a fome, a pobreza e a malnutrição no Continente, através do Programa Global de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP). Em 2004, uma



Conferência Pan-Africana teve lugar em Kampala, Uganda, subordinada ao tema 'Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional em África no horizonte do ano 2020: definir as acções prioritárias, fortalecimento dos actores e facilitação de parcerias' que, entre outros, propôs a observação numa base anual do dia da segurança alimentar e nutricional em África. Essa proposta é resultado do trabalho realizado anteriormente pelo *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Alimentar e Nutricional em África*.

Em Dezembro de 2006, as resoluções e declarações da Cimeira de Abuja sobre a Segurança Alimentar instaram os principais intervenientes no sentido de comprometerem a pôr termo a fome e a malnutrição. Ademais, aquando da 15ª Cimeira da UA realizada em Kampala, foi organizado um evento paralelo subordinado ao tema '**África deve alimentar-se. Nenhuma criança deverá dormir com fome. Reduzir o nanismo em 50% nos próximos cinco anos e no futuro**', durante o qual os Chefes de Estado e de Governo adoptaram o Dia da Segurança Alimentar e Nutricional em África (ver decisão Assembly/AU/Dec.327 (XV)). Em Outubro de 2010, o Dia da Segurança Alimentar e Nutricional em África foi lançado no Malawi durante a Conferência dos Ministros Africanos da Agricultura e decidido que o dia seria observado anualmente a 30 de Outubro. Os Ministros Africanos da Saúde voltaram a realçar o seu empenho a favor da observação do Dia durante a 5ª Conferência dos Ministros Africanos da Saúde que teve lugar em Windhoek, Namíbia.

Na sequência do lançamento do Dia, a NEPAD/UA estabeleceu um Comité Directivo presidido pela UA e auxiliado por um comité técnico de trabalho que integra peritos provenientes de todo o continente para providenciar a orientação geral ao processo das comemorações e assegurar que as actividades acordadas estão em linha com os objectivos do Dia da Segurança Alimentar e Nutricional em África, assim como passar em revista os progressos feitos na implementação do Dia.

Este ano, a Comissão da União Africana propõe celebrar o Dia da Segurança Alimentar e Nutricional em África a 30 de Outubro de 2011, sob o tema '**Investir no Comércio intra-Africano para a Segurança Alimentar e Nutricional**'. A escolha do tema toma em conta o enfoque da 18ª Cimeira da UA (Janeiro ou Fevereiro de 2012) que gravitará em torno de 'Impulsionar o Comércio intra-Africano'. Um Estado Membro Africano será escolhido para acolher as comemorações no plano continental, enquanto que os outros países Membros serão encorajados a realizar as suas actividades ao nível nacional.

Justificação da Necessidade de Impulsionar o Comércio Intra-Africano

Investir no Comércio intra-Africano no contexto do programa CAADP é uma intervenção de elevado impacto necessária para intensificar o processo da transformação da agricultura e concretizar os Objectivos de Desenvolvimento do



Milénio (ODMs) de Reduzir para a Metade a Fome e a Pobreza até o horizonte do Ano 2015 em África.

O comércio agrícola é a pedra angular do crescimento económico e do desenvolvimento e, mais do que qualquer outro sector, contribui para o incremento de receitas, especialmente para a maioria das populações pobres e vulneráveis que vive nas comunidades rurais. A este respeito, o comércio agrícola reduz de uma forma geral os índices da pobreza, da fome e malnutrição, através do incremento no aprovisionamento de alimentos e seu acesso, graças ao maior índice de receitas. Os resultados de pesquisas extrapolados de uma amostra de países durante várias décadas indicam que um incremento de 1% na taxa de crescimento das exportações de produtos agrícolas aumenta a taxa geral do crescimento económico de 0,04% para 1,83%.

As conclusões do estudo efectuado pela NEPAD em 200 indicam que a procura de mercadorias Africanas no estrangeiro e o elevado valor das exportações poderá registar um crescimento significativo durante os próximos dez anos. Durante o mesmo período, a procura de alimentos nos mercados urbanos locais e regionais em toda a África poderá registar um salto de 50 bilhões de dólares americanos para 150 bilhões de dólares americanos. Até o horizonte do ano 2030, os agricultores poderão gerar uma receita potencial orçada em 4,5 bilhões de dólares americanos proveniente destes mercados de exportação e cerca de 30 bilhões de dólares americanos dos mercados internos e transfronteiriços. A subida da tarifa do café é um bom exemplo disso. Em 2004, os produtores de café recebera 16 bilhões de dólares americanos, enquanto que o preço total pago pelos consumidores foi de 80 bilhões de dólares americanos.

O impacto do comércio agrícola sobre o potencial do crescimento económico não foi traduzido num impacto similar sobre o melhoramento do estado nutricional. Os índices de insegurança alimentar e da malnutrição continuam a aumentar entre os grupos vulneráveis.

As perdas de participação nos mercados regional e internacional acarretam custos substanciais sobre as economias Africanas, em termos de oportunidades perdidas do crescimento. Os países Africanos não poderão atingir o crescimento e os objectivos de redução da pobreza traçados ao abrigo do Programa Global de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), a menos que melhorem o seu desempenho comercial e invertam o seu declínio em termos de participação no mercado.

Constrangimentos

Os países Africanos não lograram competir, com sucesso, nos mercados interno, regional e internacional devido a uma série de constrangimentos, alguns dos quais incluem, nomeadamente:



- Falta de infra-estruturas e de processos de suporte, o que resulta no alto custo unitário de aprovisionamento aos mercados regional e estrangeiro;
- Em muitos países Africanos, o processo de estabelecimento de negócios permanece muito difícil e consome muito tempo;
- A contribuição das mulheres não é adequadamente reconhecida na economia. Quando as mulheres produzem fruta e hortaliça essa produção é designada por produto para a cozinha, mas quando os homens apresentam o mesmo produto, este já é aceite para comercialização;
- Barreiras comerciais;
- Falta de capacidade agro-industrial para ajustar o fornecimento de produtos de base agrícola as preferências e apetites do consumidor em constante mutação;
- Falta de acesso ao financiamento entre os agricultores do sector do agro-negócios e pequenos produtores;
- Falta de facilidades de laboratório (equipamento e consumíveis) e de capacidades analíticas;
- Inadequadas normas de qualidade do produto que carecem de harmonização, falta de controlo da qualidade e de rótulo;
- Falta de sistemas de informação do mercado;
- Barreiras políticas e administrativas, assim como imposição de tarifas sobre as exportações Africanas e de subsídios para as exportações.

No passado, África não foi bem sucedida nos esforços de facilitação do comércio intra-Africano devido a falta de um quadro Africano de referência, o que resultou na implementação de actividades comerciais ad hoc.

O Programa CAADP providencia um quadro de raiz Africana que procura incrementar o empenhamento e a acção em trono dos seguintes aspectos, nomeadamente:

- i) Elevar a competitividade e aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado interno, regional e internacional;
- ii) Investir na infra-estrutura comercial com vista a reduzir o custo de aprovisionamento aos mercados nacional, regional e internacional;



- iii) Fortalecer as capacidades técnicas e comerciais dos pequenos produtores e comerciantes, das organizações dos agricultores e das associações comerciais;
- iv) Apoiar as mulheres das zonas rurais para serem mais produtivas e melhorarem a situação nutricional das suas famílias, ao mesmo tempo que contribuem para o comércio; e
- v) Promover parcerias estratégicas além das fronteiras nacionais onde estão asseguradas as parcerias público-privadas e as ligações entre os vários actores da cadeia do valor com vista a incluir as economias de escala e as complementaridades das diversas dotações de recursos.

Ao explorar as vantagens comparativas e competitivas das suas mercadorias estratégicas, através dessas parcerias estratégicas, os países podem adquirir e manter vantagens competitivas para garantir o acesso aos mercados nacional, regional e internacional e responder as crescentes exigências de produtos alimentícios de alto valor.

Conforme sublinhado no Relatório sobre África da Comissão das Nações Unidas para África de 2009, a agricultura Africana deve desenvolver-se através do comércio intra-Africano, tendo em conta as perspectivas que uma tal abordagem oferece, nomeadamente em termos de:

- Redução da pobreza e geração de receitas nas zonas rurais através de uma acrescida produtividade e produção de alimentos, do gado e do peixe, acrescida disponibilidade, acessibilidade, utilização e estabilidade de alimentos;
- Aprovisionamento sustentado de alimentos diversos a preços acessíveis e competitivos para os consumidores Africanos;
- Maximização dos retornos sobre os investimentos de capitais;
- Fortalecimento do sector e das complementaridades regionais; e
- Resposta rápida as necessidades alimentares e nutricionais dos grupos vulneráveis da população em tempos de choques económicos, através de reservas regionais, fortalecimento da Capacidade de Gestão do Risco Africano e efectiva circulação dos produtos alimentares das zonas excedentárias para as zonas deficitárias.



Objectivos da Comemoração ao nível Continental do Dia da Segurança Alimentar e Nutricional em África

O tema geral do Dia da Segurança Alimentar e Nutricional em África é: **'Investir no Comércio intra-Africano para a Segurança Alimentar e Nutricional'**. Este tema está associado aos 5 subtemas que se relacionam com os programas de referência da **NEPAD**, designadamente as redes de segurança alimentar, tais como as refeições/alimentação nas escolas, alimentos fortificados e outros programas que visam reduzir deficiências em minerais e vitaminas, diversificação da dieta, programas que visam a saúde das mulheres e crianças e a inter-relação entre o comércio e a segurança alimentar e nutricional. O objectivo geral das comemorações do DNASA em 2011 é de proporcionar uma plataforma aos intervenientes principais e aos líderes a todos os níveis para permitir debates e discussões entre governos, sociedade civil, sector privado e a comunidade científica, agricultores e parceiros de desenvolvimento em torno da importância do Comércio intra-Africano na facilitação da Segurança Alimentar e Nutricional.

Os Objectivos Específicos incluem, nomeadamente:

- Criar uma sensibilização geral sobre a importância do investimento no Comércio intra-Africano de produtos estratégicos agrícolas e alimentares com vista a promover a segurança alimentar e nutricional no Continente, assim como no seu efeito resultante sobre o crescimento social e económico;
- Sublinhar os requisitos em matéria de política, regulação e do investimento para a promoção e o desenvolvimento do comércio intra-Africano de produtos estratégicos alimentares e agrícolas, com ênfase sobre a aceleração da implementação dos planos nacionais de investimento no comércio e na agricultura, incluindo o desenvolvimento de infra-estruturas e de quadros institucionais e jurídicos, a harmonização da produção e das normas de qualidade sobre a livre circulação de pessoas e de bens;
- Facilitar o diálogo de princípio entre a diversidade do alto nível dos intervenientes nacionais, assim como outros actores estatais e não estatais (incluindo as organizações dos agricultores, entidades do mundo de negócios e do sector privado e as instituições académicas e de investigação Africanas) na deliberação sobre o plano de acção para o desenvolvimento do Comércio intra-Africano/Mercados Comuns para os Produtos Estratégicos no contexto da Abordagem em torno da Cadeia de Valor na Região;



- Partilhar as melhores práticas, as inovações, os desafios e os constrangimentos na coordenação entre os vários actores e sectores (criação de ligações verticais e horizontais);
- Criar a sensibilização em torno das oportunidades do comércio para os produtos alimentares tradicionais Africanos e a sua importância na facilitação da segurança alimentar e nutricional através do incremento da diversificação da dieta;
- Incrementar o acesso ao mercado e as oportunidades comerciais, através da promoção e o consumo de alimentos de alto valor nutritivo, tais como alimentos fortificados com Micro nutrientes, vegetais de nutrientes diversificados e condensados, frutas e alimentos de origem animal;
- Disseminar evidência do progresso e facilitar a intensificação dos programas de alimentação escolar internos e o seu papel no incremento da produção local e dos mercados; e
- Promover a definição de prioridades para o acesso sustentável aos materiais integrados essenciais e baseados na evidência e as intervenções de nutrição da criança, através de uma abordagem multisectorial.

Acções

O objectivo principal do DSANA é de servir de ponto de convergência na intensificação dos compromissos a todos os níveis para atender aos desafios da insegurança alimentar e nutricional e desnutrição.

O DSANA providencia uma plataforma para a troca de experiências, conhecimentos e aprendizagem mútua, aos níveis nacional, regional e continental, assim como medir os progressos feitos na garantia da segurança alimentar e nutricional por todos os Governos e parceiros multisectoriais. Na sequência da aprovação do DSANA, terá chegado o momento de adoptar uma nova atitude perante a situação e realizar uma acção sustentada e efectiva para pôr fim a fome e desnutrição que assolam o continente. Precisámos de aproveitar a vontade política prevalecente para advogarmos em prol e estimular uma melhor e mais coerente planificação e implementação das estratégias e intervenções na segurança alimentar e nutricional em todos os Estados Membros da União Africana.

As acções acima mencionadas incluem a operacionalização do tema escolhido para a comemoração do Dia da segurança Alimentar e Nutricional em África. À luz das 4 áreas temáticas, surge este apelo aos Estados Membros e as Regiões no sentido de empreenderem acções específicas para melhorar a Segurança Alimentar e Nutricional no contexto do comércio intra-Africano.



1. Incrementar o volume da produção local de géneros alimentícios nutritivos e de alto valor, através de:

- Acrescido acesso ao financiamento e tecnologias de comprovada rentabilidade;
- Intensificar o uso da água para a produção (irrigação, produção do gado e piscicultura) com vista a incrementar a produção fora da época de produção, acrescida produtividade e reduzida variabilidade da produção;
- Promoção de parceiras público-privadas e as alianças entre os negócios com vista a incrementar a cadeia do valor;
- Formulação de políticas deliberadas que promovam a compra de produtos locais ('Consumir Produtos Africanos')
- Construção de capacidade técnica e tecnológica dos pequenos produtores, comerciantes e processadores e associá-los aos mercados. Isto é Compra para o Progresso (PP), Alimentação Escolar própria, etc. (Mais contribuições);
- Estabelecimento de programas inter-disciplinares para os trabalhadores extensionistas traduzirem efectivamente as ligações entre os sectores e focalizar sobre o comércio para a segurança alimentar e nutricional; e
- Estabelecimento de um sistema de seguro, redes de segurança para apoiar os pequenos produtores em época de crise e garantir a sua sustentabilidade.

2. Incrementar os mercados nacionais e regionais e o comércio transfronteiriço através de:

- Modernização e harmonização das normas, padrões e classificação de mercadorias em todos os mercados nacionais e regionais;
- Promoção de sistemas comerciais modernos, incluindo o desenvolvimento de bolsas de mercadorias regionais e nacionais;
- Remoção das barreiras políticas e administrativas ao comércio, tais como a isenção de direitos para os alimentos de alto valor nutricional;
- Estabelecimento de um quadro de política e de regulação institucional para facilitar a vigilância em torno da política comercial e promover a circulação de mercadorias além fronteiras;
- Providenciar serviços certificação e de gestão da qualidade, através do desenvolvimento de sistemas de gestão da qualidade e certificação dos produtos para facilitar o cumprimento dos acordos comerciais nacionais, regionais e internacionais e ultrapassar as barreiras ao comércio intra-Africano, especialmente de alimentos de alto valor nutritivo;
- Fortalecimento/construção de capacidade na área de advocacia e negociação para melhor articular os interesses de África nas negociações comerciais bilaterais e multilaterais com vista a remover as distorções da política externa que limitam o acesso ao mercado aos produtos de alto valor nutricional, como oportunidade para negócio; e
- Dar prioridade a produção e comercialização de produtos hortícolas.



3. Incrementar a Resposta e a Capacidade a Emergência Local e Regional para evitar a destruição de sistemas e dos ganhos alcançados pelas comunidades, países e regiões, através de:

- Estabelecimento de reservas estratégicas regionais de produtos alimentares produzidos e muito procurados na região; e
- Estabelecimento de um fundo de emergência para a aquisição de produtos alimentícios de alto valor nutritivo para resposta a situações de emergência.

CONCLUSÃO

A comemoração do Dia de Segurança Alimentar e Nutricional em África procura chamar a atenção e angariar empenhos em torno da problemática da alimentação e nutrição ao mais alto nível. Ele providenciará uma plataforma e liderança com vista a partilha dos resultados da pesquisa, experiências/práticas correntes, lições aprendidas e conhecimentos decorrentes das acções empreendidas para concretizar as recomendações acima mencionadas. As lições aprendidas na promoção da produção de alimentos e na adição do valor no continente Africano serão igualmente partilhadas entre os principais intervenientes durante as celebrações do Dia. Prevê-se ainda que os países organizem eventos em torno do tema e dos subtemas escolhidos para o ano corrente. Foi elaborado um guião das actividades, mas os países têm toda a liberdade de iniciar suas próprias actividades, desde que essas actividades se conformem com o tema escolhido.